

CNPJ 51.928.174/0001-50

PERFIL

Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), através de sua subsidiária integral Plascar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes plásticas para acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Desde 2019, quando iniciou um profundo e complexo processo de reestruturação, a Plascar segue apresentando melhora consistente em seus resultados financeiros trimestrais e crescendo de forma orgânica. A estratégia central desse processo de recuperação envolvia quatro pilares centrais, que eram (i) melhoria de gestão e governança, (ii) austerdade financeira, com foco em renegociação de dívidas e gestão rigorosa de gastos e custos; (iii) fortalecimento das relações comerciais e aumento de receita por meio da conquista de novos negócios e clientes e, por fim, (iv) esforços para repositionamento da Companhia com qualidade de seus produtos e processos produtivos. Não obstante inúmeros contratempos inesperados enfrentados no período, com destaque para a pandemia, a estratégia adotada se mostrou acertada. Apesar dos muitos desafios, a Companhia vem implementando com sucesso diversas medidas de controle interno e ganho de eficiência que, aliados à alavancagem operacional e absorção de custos fixos, contribuem para o aumento da receita e margens. Assim, a Plascar volta a ocupar posição de destaque no segmento de injeção e pintura de peças plásticas automotivas, como se pode observar no quadro abaixo:

ANO	RECEITA LÍQUIDA	EBITDA
2018 ¹	346.821	(85.090)
2019 ^{1,2}	407.550	67.051
2020 ³	369.188	(23.277)
2021	612.684	17.415
2022	848.190	56.482
2023 ⁴	947.129	110.905
2024	1.131.800	79.878

(1) Impacto pelo efeito da baixa por *impairment* no montante de R\$ 44.084 em 2018 e R\$ 17.955 em 2019. (2) Efeito positivo de R\$ 85.282 relativo ao registro do crédito referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. (3) Reflexo da pandemia COVID-19, com paradas de produção, quedas de volume e desequilíbrio de preços. (4) Impacto positivo de R\$ 75.894 decorrente dos efeitos dos descontos obtidos por conta da renegociação de seu passivo fiscal com a adesão da Transação Individual junto a PGFN. O ano de 2024 foi marcado por uma gradativa recuperação do mercado, com redução da alta volatilidade percebida em 2023, o que possibilitou a retomada de estabilidade operacional. Dois fatores que contribuíram para essa retomada foram a recuperação da produção de veículos pesados, que fora impactada fortemente ao longo do primeiro semestre de 2023 em virtude da troca motorização (Euro 6), assim como o aumento da produção de veículos leves, em especial no último trimestre de 2024. A Receita Líquida da Companhia aumentou 19,5% em relação a 2023, ao passo que a produção de veículos segundo a ANFAVEA, teve um aumento de 9,7% em relação ao mesmo período. O EBITDA e o Prejuízo do ano de 2024 apresentaram uma queda quando comparados com o ano de 2023 em razão do efeito não recorrente da conclusão de uma transação tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em julho/2023, conforme demonstrado no quadro anterior. Esta importante negociação abrangeu descontos de multas e juros, além da utilização de prejuízo fiscal para pagamento do principal, levando a uma relevante redução do passivo fiscal. A administração da Plascar segue trabalhando para continuar impulsionando o crescimento saudável e sustentável da Companhia, que atualmente conta com 3.200 colaboradores, distribuídos em quatro unidades industriais estrategicamente localizada em São Paulo e Minas Gerais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	31.822	13.833	35.510	16.841
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	66.436	77.082
Estoques (Nota 8)	-	-	85.360	99.010
Tributos a recuperar (Nota 9)	94	40	3.966	5.366
Outros ativos	99	-	14.902	15.995
Não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 9)	-	-	41.255	62.616
Depósitos judiciais (Nota 19)	-	-	1.860	1.436
Outros ativos	-	-	309	336
Propriedade para investimento	-	-	8.092	8.182
Imobilizado (Nota 13)	7	7	314.889	318.949
Direito de uso de ativos (Nota 14)	-	-	60.279	73.272
Total do ativo	7	7	426.684	464.791
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)				
Capital	Ajustes de avaliação social	Prejuízos patrimoniais acumulados	Total	
931.455	316	(1.340.338)	(408.567)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	(8)	3	
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	3	(3)
Prejuízo do exercício	-	-	(714)	(714)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	931.455	311	(1.341.047)	(409.281)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	3	(3)
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	(109.995)	(109.995)
Prejuízo do exercício	-	-	(109.995)	(109.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	931.455	306	(1.451.037)	(519.276)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas				
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Plascar Participações Industriais S.A. ("Plascar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBovespa (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plascar Ltda.", ou "Plascar"), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. A Plascar possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí e Caçapava, no Estado de São Paulo, além de Varginha e Betim, no Estado de Minas Gerais. As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choque, painéis de instrumentos, difusores de ar, e outras peças plásticas complexas tanto de interior como de exterior de veículos leves e pesados. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carros de supermercado e máquinas de cartão, atividades estas que representam menos de 5% do total de ativos, receita líquida e resultado líquido consolidados na Companhia. Em 2019, a Companhia passou a ser controlada da Pádua IV Participações S.A., que detém atualmente participação de 59,99% da sua capital. O quadro de acionistas é composto, também, por Deise Duprat Vilela Heller, que detém 21,64% de participação, além de outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 18,37% - V. Nota 21. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2025, de acordo com a principal de entrada de novos negócios, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ainda apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes, no montante de R\$ 259.567 (R\$ 265.502 em 2023) no consolidado e patrimônio líquido negativo na controladora e consolidado, no montante de R\$ 519.276 (R\$ 409.281 em 2023). Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, mantendo um prejuízo acumulado de R\$ 1.451.037 na controladora e consolidado (R\$ 1.341.047 em 2023). A Companhia ainda necessita da captação recorrente de recursos justos às instituições financeiras para cobrir as necessidades de capital de giro geradas pelo continuo crescimento da receita. A Administração entende que a Companhia possui perspectiva de continuidade operacional, portanto, utilizou esta base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 2024, a receita líquida da Companhia apresentou um aumento de 19,5% quando comparada com 2023, evidenciando assim a manutenção de crescimento gradual e consistente em seus volumes de produção e um aumento de seu *Market Share*. Apesar de todo o cenário de incertezas na economia, a Companhia vem conseguindo adequar a sua estrutura de custos levando a uma recuperação na margem bruta em 2024 de 2,7p.p. em relação a 2023. Mesmo em um cenário sujeito a incertezas, o resultado principal de entrada de novos negócios, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ainda apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes, no montante de R\$ 259.567 (R\$ 265.502 em 2023) no consolidado e patrimônio líquido negativo na controladora e consolidado, no montante de R\$ 519.276 (R\$ 409.281 em 2023). A Companhia ainda necessita da captação recorrente de recursos justos às instituições financeiras para cobrir as necessidades de capital de giro geradas pelo continuo crescimento da receita. A Administração entende que a Companhia possui perspectiva de continuidade operacional, portanto, utilizou esta base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Capital	Ajustes de avaliação social	Prejuízos patrimoniais acumulados	Total
931.455	316	(1.340.338)	(408.567)

2. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue: **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("IPTC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominadas controladoras e sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e especialmente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica CPC 07 - Evidências na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros (OCPC 07). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS devem ser aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base no valor justo de ajustes para refletir a realidade de terrenos e edificações na data de transação para IFRS/CPC. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. O processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia (v. Nota 3). **2.2. Base de consolidação:** A Companhia consolidou a entidade sobre a qual detém a capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida; • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. A Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera que é diretor da investida se e somente se: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Presumiu-se que uma Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia

pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados. A Companhia compensou até 31 de dezembro de 2024 o montante acumulado de R\$ 160.410, sendo que parte desse montante, R\$ 31.552 tem como origem impostos anteriores parcelados.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Consolidado	2024	2023
Ativo:		
Prefeitura fiscal e base negativa de contribuição social	24.736	-
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(445)	(447)
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2)	(24.736)	(22.536)
Líquido		
(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da adoção inicial do CPC 27 (IAS 16). (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base na nova vida útil-econômica dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar, para fins fiscais, a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, concomitantemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos. A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 64.669 e R\$ 75.671, respectivamente em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 62.602 e R\$ 73.604 em 2023, respectivamente). A controlada Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 1.190.300 e R\$ 1.189.953, respectivamente em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.020.871 e R\$ 1.013.746 em 2023, respectivamente) sobre os quais foram constituídos tributos diferidos ativos até o total das tributações diferidas passivas conforme determina a Instrução CVM 371, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo. Como parte da repartição fiscal transacionada junto a PGFN, assinada em 07 de junho de 2023 (v. Nota 2), a Companhia utilizou R\$ 185.230 para compensação dos débitos previdenciários.		
b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social		

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

Ajustes para demonstração de taxa efetiva:

Utilização de prejuízos fiscais e base negativa na repartição fiscal

Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)

24.736 58.670

Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual foi reconhecido até o limite do passivo diferido. Os descontos concedidos na Transação Individual junto a PGFN são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social conforme Lei 13.988/2020 artigo 11 parágrafo 12.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração aos Administradores: A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente. A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e sua controlada são compostos de remuneração fixa, variável com base no atingimento de metas estabelecidas e benefícios complementares. Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

Consolidado	2024	2023
Remuneração fixa anual (1)	(8.297)	(7.522)
Remuneração variável (2)	(2.089)	(1.366)
Honorários da administração	(10.386)	(8.888)
1.672	60.704	(23.093) (22.225)

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

45.629 20.191

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

d) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

e) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

f) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

g) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

h) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

i) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

j) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

k) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

l) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

m) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

n) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

o) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

p) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

q) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

r) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

s) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

t) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

u) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

v) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

w) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

x) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

145.629 20.191

y) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)

134.203 (59.384)

z) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto

